

Plano Director Municipal de Alcochete



Avaliação Ambiental Estratégica

Relatório de Factores Críticos para a Decisão

Janeiro 2011





Ficha Técnica

Coordenação

Maria do Rosário Partidário

Equipa Técnica

Gustavo Vicente

Constança Belchior

Rute Martins

Paulo Santos

Selma Uamusse van Nespen

Sofia Frade

Índice

1. Introdução	1
2. Objectivo e metodologia da AA	1
2.1 Abordagem específica	2
3. Problemas e Oportunidades	4
4. Factores Críticos para a Decisão	7
4.1. Elementos de base estratégica (QE, QA, QRE)	8
4.2. Critérios de avaliação e indicadores	13
4.3. Fontes de informação	16
5. Cronograma de trabalhos	16
ANEXO I – Lista de entidades relevantes para consulta	18
ANEXO II – Objectivos e metas relevantes do QRE	20

Índice de Quadros

Quadro 1 – Problemas e oportunidades críticos para Alcochete	4
Quadro 2 – Factores Críticos para a Decisão e descrição respectiva	7
Quadro 3 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD	9
Quadro 4 – Relevância do QRE por FCD	11
Quadro 5 – Objectivos e critérios de avaliação dos FCD	13
Quadro 6 – Indicadores por FCD	15
Quadro 7 – Articulação dos processos de planeamento e AAE	17

Índice de Acrónimos

AA	Avaliação Ambiental
AAE	Avaliação Ambiental Estratégica
APA	Agência Portuguesa do Ambiente
ARH	Administração da Região Hidrográfica
AUGI	Áreas Urbanas de Génese Ilegal
CAE	Classificação Portuguesa de Actividades Económicas
CCDR-LVT	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo
CMA	Câmara Municipal de Alcochete
DQA	Directiva Quadro da Água
ENAA	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas
ENCNB	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade
ENDS	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável
ENE	Estratégia Nacional para a Energia
ENEAPAI	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais
ENF	Estratégia Nacional para as Florestas
ENGIZC	Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras
ERAE	Entidade com Responsabilidade Ambiental Específica
ETAR	Estação de Tratamento de Águas Residuais
FCD	Factor Crítico para a Decisão
FER	Fontes de Energia Renováveis
GEE	Gases com Efeito de Estufa
I&D	Investigação & Desenvolvimento
INE	Instituto Nacional de Estatística
IST	Instituto Superior Técnico
OT	Ordenamento do Território
PBHT	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo
PDM	Plano Director Municipal
PEAASAR	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais
PEC	Plano de Estabilidade e Crescimento
PEDEPES	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal
PEDPL	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa
PEH	Plano Estratégico de Habitação
PENDR	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural
PENT	Plano Estratégico Nacional para o Turismo
PERSU II	Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos II
PET	Plano Estratégico de Transportes
PMQARLVT	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo
PNAAS	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde
PNAC	Plano Nacional para as Alterações Climáticas
PNAEE	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética

PNPOT	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território
PNR	Plano Nacional de Reformas
PNS	Plano Nacional de Saúde
PNUEA	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água
PORNET	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo
PROF-AML	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa
PROMAR	Programa Operacional Pesca
PROT-AML	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa
PSRN 2000	Plano Sectorial Rede Natura 2000
QA	Questões Ambientais
QE	Questões Estratégicas
QRE	Quadro de Referência Estratégico
QREN	Quadro de Referência Estratégico Nacional
TER	Turismo em Espaço Rural
TI	Transporte Individual
TP	Transporte Público

1. Introdução

O presente documento constitui o Relatório de Factores Críticos para a Decisão (FCD) da Avaliação Ambiental (AA) relativa à revisão do Plano Director Municipal de Alcochete (PDM-Alcochete).

A revisão do PDM-Alcochete encontra-se sujeita a um processo de AA de acordo com o Decreto-lei nº 316/2007 de 19 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, e subsidiariamente com o Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho. Este enquadramento legal define como responsável pela AA o proponente do plano a avaliar, neste caso a Câmara Municipal de Alcochete (CMA). Essa responsabilidade estende-se à decisão de elaborar a AA, determinação do âmbito e alcance da AA, consulta de entidades e do público sobre o âmbito e alcance da AA, preparação do Relatório Ambiental e respectivas consultas públicas e institucionais, e apresentação da Declaração Ambiental à Agência Portuguesa do Ambiente (APA).

Este relatório dá cumprimento ao estipulado no nº1 do art. 5º do Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de Junho relativamente à determinação do âmbito da avaliação ambiental, bem como ao alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no Relatório Ambiental e destina-se a ser apreciado pelas entidades públicas com responsabilidade ambiental específica (ERAE), nos termos do nº3 do art. 3º do Decreto-lei nº 232/2007 de 15 de Junho (Anexo I), e demais entidades e agentes que o proponente entenda deverem ser consultados, designadamente os membros da Comissão de Acompanhamento (CA) do PDM-Alcochete.

2. Objectivo e metodologia da AA

A AA da revisão do PDM-Alcochete será desenvolvida de acordo com uma metodologia de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE), tal como descrita em Partidário (2007)¹, segundo a qual a avaliação deve ser conduzida em simultâneo com a elaboração do plano, considerar opções estratégicas para avaliação, considerar um contexto de sustentabilidade e apontar a atenção para aspectos essenciais relevantes que, cumprindo a legislação, evitem descrições demasiado detalhadas em relação à escala do plano. A metodologia proposta assegura o cumprimento do estipulado no Decreto-lei nº 232/2007, de 15 de Junho e no Decreto-lei nº

¹ PARTIDÁRIO, M.R. (2007). "Guia de boas práticas para Avaliação Ambiental Estratégica - orientações metodológicas", 1ª ed. Lisboa. Agência Portuguesa do Ambiente.

316/2007 de 19 de Setembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei nº 46/2009 de 20 de Fevereiro, desenvolvendo-se em quatro fases metodológicas fundamentais:

1. Identificação e análise de Factores Críticos para a Decisão
2. Análise de tendências
3. Avaliação de oportunidades e riscos das opções estratégicas e do modelo territorial
4. Bases para um programa de seguimento da implementação do plano

Esta abordagem estratégica pressupõe ainda que a AAE seja complementar à concepção do PDM-Alcochete, utilizando, sempre que possível, os elementos de trabalho do plano, quer no que respeita ao diagnóstico, quer no que respeita às opções de desenvolvimento preconizadas. A AAE tem ainda em conta os resultados obtidos no âmbito dos processos de consulta de entidades e do público.

O objectivo da AAE é avaliar de que forma as estratégias do PDM-Alcochete respondem aos problemas ambientais e de sustentabilidade críticos no município, e quais os riscos e oportunidades que poderão suscitar no futuro. Importa, neste contexto, assegurar que o PDM-Alcochete estabelece uma visão de futuro que seja clara e sirva de referencial à avaliação.

Para assegurar estes objectivos a metodologia a seguir na AAE concretiza-se nas actividades fundamentais descritas na secção seguinte, que se irão articular com o processo de planeamento.

Os documentos a preparar no âmbito da AAE incluem:

- a. Relatório de Factores Críticos para a Decisão, que corresponde ao presente documento e que reporta sobre o âmbito e alcance da AA;
- b. Relatório Ambiental onde se inclui a análise de tendências e a avaliação de oportunidades e riscos, bem como as bases de um programa de seguimento da implementação do plano;
- c. Declaração Ambiental para apresentar à Agência Portuguesa do Ambiente no seguimento da aprovação do plano.

2.1 Abordagem específica

1. **Focalização** - corresponde à identificação, justificação e apresentação dos FCD.

Os FCD reflectem os temas que estruturam a avaliação e que correspondem aos aspectos fundamentais a ser considerados no processo de decisão, na concepção das opções estratégicas do plano e das acções que as implementam. A identificação dos FCD resulta da análise integrada de um conjunto diverso de elementos:

Quadro de Referência Estratégico (QRE), que estabelece o referencial de avaliação face ao que se pretende para o desenvolvimento futuro, bem como o enquadramento com outros planos e programas relevantes, incluindo políticas europeias e nacionais;

Questões Estratégicas do PDM-Alcochete (QE), que configuram a conjuntura estratégica, objectivos e linhas de força que orientam o PDM-Alcochete;

Questões Ambientais (QA), nomeadamente as que são legalmente definidas no Decreto-Lei 232/2007 de 15 de Junho.

Estes FCD deverão ser objecto de consulta institucional uma vez que, de acordo com o n.º1 do artigo 5.º do Decreto-Lei nº 232/2007 de 15 de Junho, compete à entidade responsável pelo plano "determinar o âmbito da avaliação ambiental a realizar e o alcance e nível de pormenorização da informação a incluir no relatório ambiental", e de acordo com o nº 3 do citado artigo "a entidade responsável pela elaboração do plano solicita parecer sobre o âmbito da avaliação ambiental e sobre o alcance da informação a incluir no relatório ambiental". Apesar de a legislação só exigir a consulta de entidades com responsabilidade ambiental específica (ERAE), recomenda-se igualmente, como boa prática, a consulta de outras entidades não mencionadas na legislação, e do público em geral.

2. Análise de tendências - corresponde a um diagnóstico estratégico fortemente articulado com o diagnóstico desenvolvido pela equipa do PDM-Alcochete.

Esta análise de tendências é desenvolvida com base nos critérios e indicadores identificados para cada um dos FCD, considerados relevantes no estabelecimento do âmbito e alcance da AAE. Pretende-se designadamente identificar e analisar o que mudou e porquê, o que se pretende que continue e o que se pretende alterar. A análise desenvolvida pela equipa do PDM-Alcochete é crucial como contributo para a análise de tendências na AAE.

3. Avaliação de impactes de natureza estratégica – resulta da análise de tendências realizada e pretende avaliar as oportunidades e riscos das opções de desenvolvimento preconizadas no plano, à luz das questões relevantes que são expressas nos FCD.

Esta actividade desenvolve-se em dois níveis de avaliação:

1. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos, face aos FCD, das orientações estratégicas do plano, tendo em conta opções alternativas de desenvolvimento, que consubstanciam o futuro desejável ambicionado para o município;
2. Avaliação estratégica de oportunidades e riscos, face aos FCD, do modelo territorial proposto para o PDM-Alcochete.

A estratégia do PDM-Alcochete, consubstanciada em opções estratégicas e no modelo territorial do PDM-Alcochete, constitui assim o objecto de avaliação da AAE.

4. Definição de Directrizes para planeamento, gestão e monitorização - constituem as bases para um programa de seguimento do PDM-Alcochete, incluindo um quadro de governança

institucional, indicativo de um envolvimento, e níveis de responsabilidade, institucional no seguimento do plano.

5. **Relatório Ambiental** – apresenta os resultados finais da avaliação, satisfazendo os requisitos legais, que ficam assegurados com a aplicação desta metodologia, ao que se segue o acompanhamento do processo de consulta das ERAE e do público.

6. **Declaração Ambiental** - preparação da declaração ambiental após a aprovação do plano para efeito de encerramento do processo e entrega dos respectivos documentos, juntamente com o relatório final do PDM-Alcochete, à APA.

3. Problemas e Oportunidades

Para melhor compreender os desafios colocados ao PDM- Alcochete produziu-se uma síntese das problemáticas e oportunidades estratégicas identificadas no relatório de diagnóstico do PDM- Alcochete². Na apresentação das problemáticas e oportunidades que se apresentam de seguida (Quadro 1) optou-se, por estruturá-los de acordo com as temáticas definidas no relatório de diagnóstico referido.

Quadro 1 – Problemas e oportunidades críticos para Alcochete

Problemas/ameaças	Vantagens/oportunidades
SÓCIO-ECONOMIA	
• Freguesias com diferentes ritmos de crescimento demográfico; • Menor número de empresas sedeadas no contexto da Península de Setúbal; • Fraco volume de vendas, no contexto da Península de Setúbal, em 2003; • Baixo grau de instrução dos residentes activos no concelho • Fraca aposta nos Serviços Intensivos em Conhecimento; • Défices de profissionais altamente qualificados e de Quadros Médios; • Estrutura etária dos agricultores envelhecida; • Actividade agrícola exercida a tempo parcial; • Inovação/Renovação agrícola condicionadas;	• Forte aumento populacional na década de 90; • Maior Taxa de Natalidade na Península de Setúbal em 2004; • Capacidade de atracção da população; • O perfil de evolução populacional aponta para um crescimento global da população residente; • A estrutura etária aponta para disponibilidade de população activa no futuro; • Crescimento do Sector Terciário entre 1999 e 2004; • Projecção de uma agricultura do tipo multi-funcional; • Desenvolvimento agrícola perspectivado numa lógica de sustentabilidade do território rural; • Sector agrícola com dinamismo crescente, visível nas

² 1ª REVISÃO DO PLANO DIRECTOR MUNICIPAL DE ALCOCHETE

Problemas/ameaças	Vantagens/oportunidades
• Predomínio das PME's no sector secundário e dos serviços de natureza económica sobre o terciário de natureza social; • Crise no sector das actividades imobiliárias, alugueres e serviços prestados às empresas.	diversas explorações agrícolas em actividade; • Grau de habilitação dos activos empregados no sector terciário; • Proximidade à futura Plataforma Logística do Poceirão e ao NAL.
COMPONENTE BIOFÍSICA	
• Pressão urbanística na área envolvente ao Estuário do Tejo; • Fraca utilização do rio Tejo como elemento dinamizador de vivências; • Dispersão de unidades agropecuárias (em particular suiniculturas) pelo território concelhio.	• Valores naturais intrínsecos ao Estuário do Tejo e à frente ribeirinha; • Área considerável de montado; • Pluralidade de funções do território: agrícola, florestal e natural.
HISTÓRIA E PATRIMÓNIO	
• Degradação de alguns dos imóveis classificados pelo IPPAR e pelo IPA; • Fraco aproveitamento do Património Arqueológico existente. • Fraca sinalização (identificação e localização) do património existente; • Deficiente aproveitamento da aptidão cultural, recreativa e turística dos imóveis classificados e com interesse.	• Diversos imóveis classificados pelo IPPAR; • Diversos imóveis com interesse, exemplares da Arquitectura Religiosa, da Arquitectura Civil (pública e privada) e de algumas Estruturas de apoio; • Razoável património arqueológico materializado em 38 sítios arqueológicos inventariados pelo IPA; • Património relativamente bem preservado.
REDE URBANA	
• Pressão urbanística nos aglomerados de Alcochete e S. Francisco; • Espaços intersticiais devido à dispersão urbana em alguns aglomerados urbanos; • Fraca estrutura urbana em algumas nucleações; • Crescimento dos fenómenos de dispersão do povoamento, sobretudo na zona Sul do concelho; • Pressão urbana induzida pelo desenvolvimento da Plataforma Logística do Poceirão e pelo NAL.	• Posicionamento favorável no contexto metropolitano decorrente da boa acessibilidade; • Autonomia funcional do concelho face ao exterior; • Zona industrial e pólo logístico com atractividade para a instalação de empresas; • Bom estado de conservação dos aglomerados e qualidade do espaço público; • Extensão da frente ribeirinha; • Diversos Planos de Pormenor em curso para as áreas expansão urbana
HABITAÇÃO	
• Número significativo de habitações em mau estado de conservação, sobretudo no núcleo antigo de Alcochete e nas zonas rurais; • Número significativo de famílias cujos rendimentos não permitem assegurar despesas com a habitação; • Situações de partilha de alojamentos por mais que uma família e de situações de sobrelotação; • Áreas Urbanas de Génese Ilegal;	• Aumento do número de habitações de qualidade, fruto do investimento privado; • Número relativamente reduzido de famílias a viver em habitações degradadas, o que facilita a resolução do problema devido à dimensão; • Recurso ao Programa Especial de Realojamento (cerca de meia centena de famílias realojadas/a realojar); • Gabinete Técnico Local e candidatura ao PRAUD;

Problemas/ameaças	Vantagens/oportunidades
• Fraca dinâmica do mercado de arrendamento nacional e dificuldades de acesso ao mercado de habitação (elevadas taxas de juros dos créditos à habitação); • Burocratização e lentidão de alguns processos associados à reabilitação urbana.	• Possibilidade de candidatura a vários programas do INH (RECRIA, RECRIPH, PROHABITA e SOLARH); • Programa de incentivo ao arrendamento jovem; • Revitalização de centros históricos contemplado pelo QREN.
EQUIPAMENTOS COLECTIVOS	
• Dependência e isolamento psico-social da população idosa (falta de equipamentos de apoio à população idosa); • Número significativo de crianças e jovens sem respostas sociais organizadas (falta de creches, ATL); • Défice de apoio institucional a pessoas com deficiência.	• Boa cobertura de equipamentos colectivos ao nível cultural, de prevenção e segurança e de saúde.
REDE VIÁRIA E TRANSPORTES	
• Estrutura excessivamente radial da rede, centrada na sede de concelho, não favorece o fecho de malhas significativas; • Debilidade das ligações entre os principais pólos urbanos do Arco Ribeirinho Sul; • Estrangulamentos na rede decorrentes do atravessamentos de aglomerados urbanos; • Necessidade de manutenção e beneficiação da Rede Municipal; • Insuficiências no domínio do ordenamento urbano, da sinalização e da segurança; • Reduzido grau de cobertura do serviço de Transporte Público; • Pressão urbana decorrente do novo nó de ligação à ponte Vasco da Gama;	• Localização privilegiada aos principais eixos da Rede Nacional (IP1/A2; A12; IP7/A6) • Acessibilidade favorável à fronteira do Caia (Badajoz); • Principais ligações externas asseguradas por eixos integrados na Rede Nacional; • Boa cobertura territorial da rede viária • Conjunto significativo de investimentos planeados pela Administração Central (conclusão do IC3, IC13 e IC32), com forte impacto na melhoria das acessibilidades ao Arco Ribeirinho Sul e à Lezíria do Tejo; • Intervenções recentes e previstas no âmbito da beneficiação da rede viária municipal; • Investimentos previstos no âmbito da melhoria da acessibilidade e mobilidade internas à vila de Alcochete.
INFRAESTRUTURAS URBANAS	
• Ausência de tratamento de águas residuais em ETAR em alguns aglomerados; • Inexistência de tratamento de alguns efluentes industriais e agro-pecuários; • Presença de depósitos de sucatas e entulhos ilegais; • Furos de captação de água abandonados e não selados – foco de contaminação em áreas não urbanas.	• Abastecimento de água a cerca de 98% da população; • Qualidade da água para consumo doméstico em todos os aglomerados; • Implementação de um sistema de drenagem e tratamento de águas residuais multimunicipal (SIMARSUL), promovendo a criação de sistemas integrados, tecnicamente e economicamente eficazes; • Drenagem de águas residuais assegurada a 90% da população; • Existência de ETAR que garantem o tratamento das águas residuais; • Construção prevista de uma nova ETAR em Alcochete; • AMARSUL e sistema integrado de gestão de resíduos

Problemas/ameaças	Vantagens/oportunidades
	sólidos; • Recolha indiferenciada e selectiva de resíduos, ecocentro, recolha de monstros domésticos e resíduos verdes; • Abastecimento de algumas zonas do concelho com gás natural.

4. Factores Críticos para a Decisão

Conforme descrito na metodologia, a identificação dos FCD resulta de uma análise integrada de questões expressas numa base estratégica (QE, QA e QRE). O Quadro 2 apresenta os FCD identificados e respectiva descrição sumária.

Para cada FCD foram definidos critérios de avaliação e indicadores respectivos, tal como descrito no subcapítulo 4.2. Os critérios e indicadores pretendem conferir uma dimensão analítica aos FCD, e apresentam-se neste relatório como proposta de âmbito e alcance da AAE, sem prejuízo de outros que se venham a considerar relevantes durante o decorrer da AAE.

Quadro 2 – Factores Críticos para a Decisão e descrição respectiva

FCD	Descrição/objectivo
Valorização de sistemas naturais	Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado
Atracção e fixação humana	Habitação, equipamentos e mobilidade como factores de atractividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial
Identidade cultural e dinâmica económica	Promoção de actividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural
Energia e alterações climáticas	Eficiência energética nos transportes, na edificação, na actividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas

4.1. Elementos de base estratégica (QE, QA, QRE)

Questões Estratégicas (QE)

As intenções estratégicas do município de Alcochete permitem a sistematização das seguintes questões estratégicas:

- Prosseguir a qualificação do território, centrando-se na melhoria da qualidade de vida dos cidadãos e no seu desenvolvimento sustentável;
- Manter a identidade do município, reforçando, em particular, a sua identidade cultural e valorizando as características que diferenciam Alcochete no seio da Área Metropolitana de Lisboa;
- Requalificar a frente ribeirinha e os núcleos urbanos existentes, reforçando a sua centralidade, e combater a dispersão urbana;
- Melhorar as acessibilidades e mobilidade urbana, e desenvolver a eco-mobilidade sustentável;
- Atrair população através de equipamentos urbanos e novos pólos de empregabilidade em Alcochete;
- Reforçar a coesão do tecido social, promovendo a saúde, o acesso à habitação, a integração e a solidariedade social, bem como apostando na educação e no desporto;
- Assegurar a continuidade da rede ecológica e a conservação das zonas húmidas;
- Potenciar a vertente ambiental e, em particular, a Reserva Natural do Estuário do Tejo como equipamento metropolitano;
- Reforçar a capacidade do tecido económico local, promovendo a inovação e o desenvolvimento tecnológico;
- Manter e preservar o espaço nascente agro-florestal, e desenvolver o sector primário ao nível do montado, agricultura biológica, floricultura, região demarcada vitivinícola, fileira equestre;
- Potenciar a vocação turística de Alcochete, com aumento da oferta turística e hoteleira de qualidade e de baixa densidade, ligada à fruição dos espaços naturais e florestais;
- Promover um modelo de governança que aposta na descentralização e cooperação interinstitucional e intermunicipal, valorizando a inserção regional do município, bem como numa maior proximidade com os cidadãos, ao fomentar a gestão democrática e participativa.

Questões Ambientais (QA)

Os FCD identificados asseguram o tratamento das questões ambientais (QA) exigidas no Decreto-Lei nº 232/2007, de 15 de Junho, conforme representado no Quadro 3.

Quadro 3 – Questões Ambientais (QA) relevantes por FCD

Factores Críticos para a Decisão	Questões Ambientais
Valorização de sistemas naturais	Água
	Solo
	Biodiversidade
	Fauna
	Flora
	Paisagem
	População
	Saúde humana
Atracção e fixação humana	Bens materiais
	Atmosfera
	Água
Identidade cultural e dinâmica económica	Solo
	Água
	Bens materiais
	Património cultural
	População
Energia e alterações climáticas	Paisagem
	Solo
	População
	Bens materiais
	Saúde humana
	Água
	Factores climáticos
	Atmosfera

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes
	Estratégia Nacional para a Proteção Social e Inclusão Social 2008-2010
	Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (PNS)
	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEAASAR)
	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)
	Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN 2000)
	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNB)
	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)
	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025 (PNPOT)
	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)
	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)
	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)
	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE)
	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAAS)
	Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT)
	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML)
	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PMQARLVT)
	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT)
	Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC)

Quadro de Referência Estratégico (QRE)

Para a definição do QRE foram analisadas as políticas, programas e/ou planos que enquadram estrategicamente o PDM de Alcochete e para o qual estabelecem objectivos e/ou metas de sustentabilidade.

O

Valorização de sistemas naturais					✓	✓		✓	✓	✓					✓		✓	
Atracção e fixação humana	✓	✓	✓	✓			✓	✓	✓	✓	✓		✓		✓	✓	✓	
Identidade cultural e dinâmica económica								✓	✓	✓				✓	✓			✓
Energia e alterações climáticas				✓				✓		✓	✓	✓						✓

Quadro 4 apresenta a lista dos instrumentos de política e planeamento identificados, e sua relação de relevância com os FCD preconizados.

O Quadro constante do Anexo II identifica os objectivos e metas aplicáveis ao PDM de Alcochete, por FCD, no âmbito das suas opções de desenvolvimento. Os objectivos e metas aqui identificados constituem, assim, os referenciais ambientais e de sustentabilidade a partir dos quais o PDM de Alcochete irá ser avaliado estrategicamente.

Quadro 4 – Relevância do QRE por FCD

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes	Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social 2008-2010	Plano Nacional de Saúde 2004-2010 (PNS)	Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais 2007 – 2013 (PEASAR)	Plano Estratégico dos Resíduos Sólidos Urbanos II 2006 – 2016 (PERSU II)	Plano Sectorial Rede Natura 2000 (PSRN 2000)	Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade (ENCNE)	Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água (PNUEA)	Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território 2007-2025 (PNPOT)	Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa (PROT-AML)	Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável (ENDS)	Programa Nacional para as Alterações Climáticas (PNAC)	Plano Nacional de Acção para a Eficiência Energética (PNAEE)	Plano Nacional de Acção Ambiente e Saúde 2008-2013 (PNAS)	Plano Estratégico Nacional para o Turismo (PENT)	Plano Regional de Ordenamento Florestal da Área Metropolitana de Lisboa (PROF-AML)	Plano de Melhoria da Qualidade do Ar na Região de Lisboa e Vale do Tejo (PMQARLVT)	Plano de Bacia Hidrográfica do Tejo (PBHT)	Plano de Estabilidade e Crescimento 2010-2013 (PEC)
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓

Factor Crítico de Decisão	Documentos Estratégicos Relevantes	Plano Estratégico de Desenvolvimento da Península de Setúbal (PEDEPS)	Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial do Estuário do Tejo	Plano Estratégico Nacional para o Desenvolvimento Rural 2007-2013 (PENDR)	Estratégia Nacional para os Efluentes Agro-Pecuários e Agro-Industriais 2007-2013 (ENEPAI)	Estratégia Nacional para as Florestas 2006 (ENF)	Directiva Quadro Água (DQA)	Plano Nacional da Água (PNA)	Programa Portugal Logístico	Plano Estratégico de Transportes 2008-2020 (PET)	Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário	Plano Estratégico de Desenvolvimento do Porto de Lisboa (PEDPL)	Plano Tecnológico	Plano Nacional de Reformas 2008 – 2010 (PNR)	Programa Operacional Pesca 2007-2013 (PROMAR)	Estratégia Nacional de Gestão Integrada das Zonas Costeiras (ENGIZC)	Plano de Ordenamento da Reserva Natural do Estuário do Tejo (PORNET)	Contributos para o Plano Estratégico de Habitação (PEH) 2008-2013	Estratégia Nacional para a Energia – ENE 2020	Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAC)	Estratégia Europa 2020
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
		✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓	✓
Valorização de sistemas naturais																					
Atracção e fixação humana																					
Identidade cultural e dinâmica económica																					
Energia e alterações climáticas																					

4.2. Critérios de avaliação e indicadores

Seguidamente apresentam-se os FCD, e os respectivos critérios e indicadores que são considerados na AAE e que estabelecem o âmbito da avaliação, o alcance do relatório ambiental e o nível de pormenor da informação a considerar. O Quadro 5 apresenta uma breve descrição dos critérios que são utilizados, apresentando o Quadro 6 o conjunto de critérios e indicadores por FCD.

De notar que os FCD não pretendem descrever exaustivamente a situação existente e tendencial mas sobretudo apontar para aspectos críticos, relevantes e de destaque para a AAE das políticas e estratégia de desenvolvimento do PDM de Alcochete.

Quadro 5 – Objectivos e critérios de avaliação dos FCD

FCD #1 Valorização de sistemas naturais	
Objectivo: Valorização estratégica dos sistemas naturais secos e húmidos, com destaque particular para o estuário e as zonas húmidas como equipamento natural metropolitano, a água, os recursos agro-florestais e o montado	
Critérios	
Valorização dos sistemas húmidos	Avaliação da capacidade de valorização económica dos sistemas húmidos numa lógica supra-municipal e como factor potenciador de conservação e recuperação ecológica
Valorização dos sistemas naturais não húmidos	Avaliação do potencial de valorização económica dos sistemas naturais não-húmidos como factor potenciador de conservação e recuperação do património natural, incluindo a biodiversidade e as valências paisagísticas
Serviços dos ecossistemas	Avaliação da capacidade de oferta de serviços dos ecossistemas, tendo em conta os limiares de alteração aceitável e numa lógica de coordenação e articulação multi-usos
FCD #2 Atracção e fixação humana	
Objectivo: Habitação, equipamentos e mobilidade como factores de atractividade humana, e de consolidação qualificada do sistema urbano, organizados numa lógica municipal e regional, assegurando a qualidade do ambiente municipal e a adequação à população local e requalificação territorial	
Critérios	
Habitação	Avaliação das funções residenciais do concelho tendo em conta a relação entre a dinâmica do sector imobiliário, as tendências demográficas e a qualidade da oferta habitacional
Vivência urbana e serviços de proximidade	Avaliação da oferta e acesso aos equipamentos e serviços de proximidade numa lógica de atractividade territorial e vivência urbana
Mobilidade	Avaliação das condições territoriais de promoção da mobilidade suave e do acesso e atractividade do sistema de transportes colectivos
Qualidade do ambiente municipal	Avaliação das questões ambientais relevantes para a manutenção da integridade física do ambiente urbano e rural, nomeadamente ao nível do saneamento, gestão de resíduos, qualidade do ar, fontes de poluição e ruído bem como da prevenção dos riscos tecnológicos

FCD #3 Identidade cultural e dinâmica económica

Objectivo: Promoção de actividades económicas que garantam pólos de empregabilidade, mas também a manutenção e valorização da identidade cultural

Critérios

Actividades económicas valorizadoras da identidade municipal	Avaliação do potencial de dinamização de actividades económicas que suportem a identidade municipal do concelho
Pólos de empregabilidade	Avaliação da capacidade de atracção de novos investimentos e da capacidade de diferenciação do tecido económico do concelho como factores estruturantes de empregabilidade
Manutenção e valorização do património cultural	Avaliação do potencial de valorização do património material e imaterial e dinamização cultural

FCD #4 Energia e alterações climáticas

Objectivo: Eficiência energética nos transportes, na edificação, na actividade industrial e municipal, aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável, e adaptação e mitigação às alterações climáticas

Critérios

Eficiência energética nos transportes, edificação e actividades económicas	Avaliação do potencial de promoção da eficiência energética, incluindo o sector público
Aproveitamento de FER	Avaliação do potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável
Adaptação e mitigação às alterações climáticas	Avaliação dos padrões de evolução das emissões de GEE e da vulnerabilidade territorial a fenómenos meteorológicos extremos, tendo em conta os mecanismos de adaptação às alterações climáticas

Quadro 6 – Indicadores por FCD

FCD	CrITÉrios de AvaliaÇão	Indicadores
Valorização de sistemas naturais	Valorização dos sistemas húmidos	Variação da percentagem de ocupa��o do território municipal, designadamente área edificada/ impermeabilizada, por zonas húmidas e áreas classificadas
		N� de iniciativas de dinamização económica e/ou de gestão activa
		Evolução das actividades económicas do sector primário nas zonas húmidas
	Valorização dos sistemas naturais n�o húmidos	Variação do n� e área de actividades agrícolas e florestais com elevado interesse ambiental
		Evolução e diversificação da exploração de novos nichos de mercado
		Evolução das rotas turísticas em torno de valores naturais e paisag�sticos
		Iniciativas municipais de protecção e recuperação da biodiversidade e Paisagem e sua eficácia
	Serviços dos ecossistemas	Evolução dos principais serviços dos ecossistemas e seu aproveitamento
Atracção e fixação humana	Habitação	Rela��o Territorial com AUGI/ constru��es clandestinas/ áreas degradadas
		Variação dos Fogos vagos/ocupados
		Número de fogos por perímetro urbano/ população residente
		Evolução de ocupa��o fora dos perímetros urbanos
		Procura de habitação por tipologia
	Viv�ncia urbana e serviços de proximidade	Evolução da Capacita��o das Infra-estruturas, equipamentos urbanos e serviços de proximidade (incluír actividades sócio-culturais e lúdicas)
		Evolução da área afecta aos espaços públicos
	Mobilidade	Evolução da extensão da rede pedonal e da rede de ciclovias
		Evolução do sistema de TP (oferta e procura) e estímulo � transfer�ncia modal TI-TP
		Modo de transporte utilizado pelos residentes nas desloca��es pendulares
	Qualidade do ambiente municipal	Evolução da qualidade do ar, ruído e água (superficial e subterr�nea)
		Vulnerabilidade a riscos s�smicos e tecnológicos
		Fontes de poluição e taxa de investimento na recuperação dos passivos ambientais
		Variação da população servida por sistema de abastecimento, sistemas de drenagem de águas residuais, ETAR e RSU
Identidade cultural e din�mica económica	Actividades económicas valorizadoras da identidade municipal	Variação do número de empreendimentos/capacidade de alojamento de TER
		Evolução das actividades associadas � identidade territorial
		Incentivos municipais � preservação da identidade municipal
	P�los de empregabilidade	Variação da taxa de atracção e repuls�o
		Variação do emprego por CAE
		Constituição e dissolução de sociedades
		Variação das actividades associadas � I&D
	Manutenção e valorização	Património im�vel classificado e em vias de classifica��o
		Variação do número de associa��es culturais por tipo e n� de associados

	do património cultural	Mecanismos de salvaguarda e promoção do património histórico-cultural associados a actividades tradicionais
Energia e alterações climáticas	Eficiência energética nos transportes, edificação e actividades económicas	Variação do consumo de energia eléctrica por sector de actividade, em edifícios e iluminação públicos e por habitante
		Programas/medidas municipais previstas na área da eficiência energética
	Aproveitamento de FER	Potencial de aproveitamento de fontes endógenas de energia renovável (MWh)
		Iniciativas municipais para a promoção de FER
	Adaptação e mitigação às alterações climáticas	Emissões de CO ₂ e por sector de actividade emissora
		Iniciativas e mecanismos de planeamento e gestão municipais de adaptação às alterações climáticas
		Área florestal com potencial de sequestro de carbono
		Evolução das áreas urbanas inundáveis

4.3. Fontes de informação

O levantamento dos dados necessários para a avaliação segundo os critérios e indicadores está fortemente dependente da disponibilidade de informação constante dos estudos de elaboração do PDM-Alcochete, bem como de outros estudos complementares, e dos centros de informação especializada (e.g. INE). Os indicadores podem vir a ser ajustados posteriormente em função da evolução da concepção do plano, da informação existente e das necessidades e resultados intercalares do processo de avaliação subsequente. De notar contudo que muito indicadores poderão permanecer relevantes para efeito de monitorização do PDM-Alcochete, mesmo na ausência de dados que neste momento os possam informar.

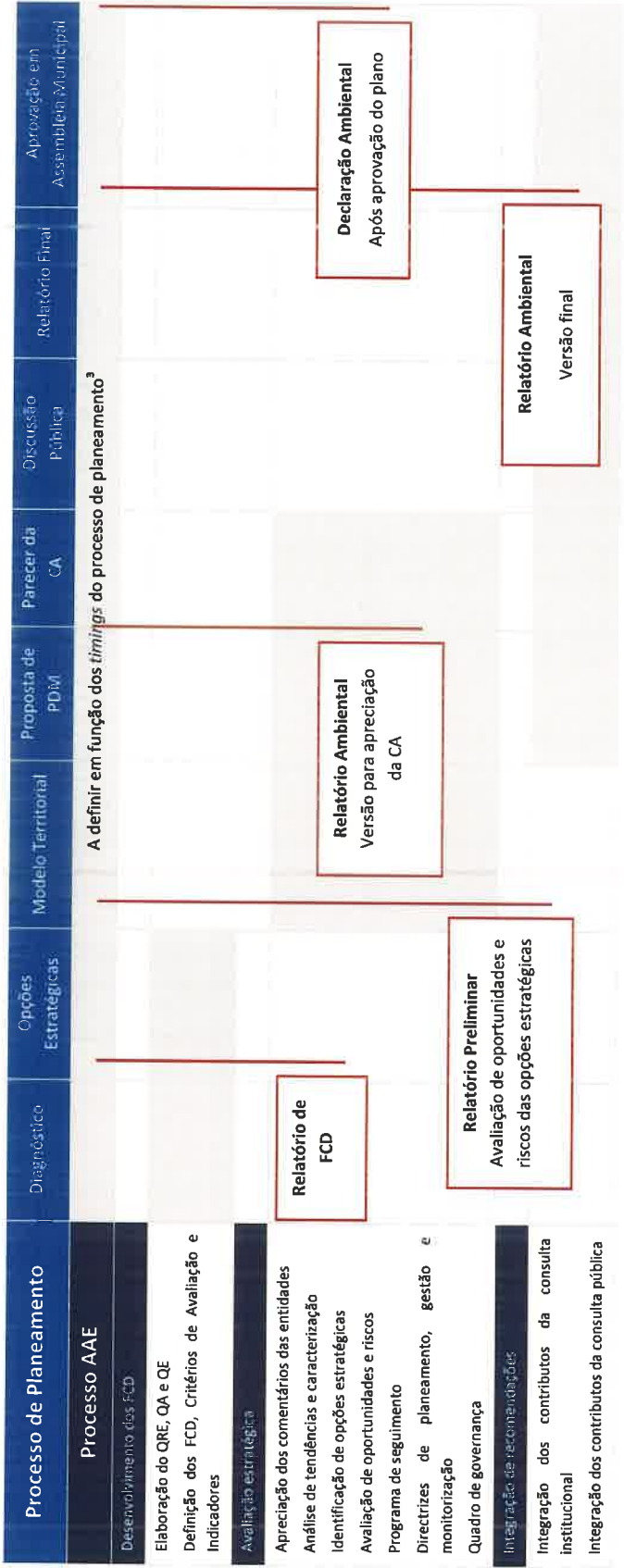
Para os dados de carácter intrinsecamente municipal, para os quais não existe outro tipo de fonte, será solicitado à CMA e à equipa de planeamento a informação respectiva.

5. Cronograma de trabalhos

O Quadro 7 apresenta o cronograma de trabalhos da AAE, relacionando-o com o processo de planeamento do PDM-Alcochete, conforme definido até à data, apresentando a sequência de entrega dos documentos que concretizam as fases metodológicas do processo de AAE e as exigências legais nesta matéria.

A concretização dos trabalhos da AAE está dependente do ritmo e concretização dos elementos do PDM-Alcochete relevantes para o desenvolvimento da AAE.

Quadro 7 – Articulação dos processos de planeamento e AAE



³ Até à data ainda não foi disponibilizado o cronograma de trabalhos do PDM-Alcochete.

ANEXO I – Lista de entidades relevantes para
consulta

Entidades relevantes definidas pelo Decreto – Lei nº 232/2007 de 15 de Junho

[Consulta prevista no artigo 7º do DL 232/2007]

Agência Portuguesa do Ambiente

Instituto de Conservação da Natureza e da Biodiversidade, I.P.

Instituto da Água, I.P.

Administração da Região Hidrográfica do Tejo, I.P.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional de Lisboa e Vale do Tejo

Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo, I.P.

Municípios de Montijo, Palmela e Benavente

Outras entidades recomendadas

Entidades integradas na Comissão de Acompanhamento da elaboração do PDM-Alcochete

Junta Metropolitana de Lisboa

Instituto de Gestão do Património Arquitectónico e Arqueológico, I.P.

Direcção Regional de Cultura de Lisboa e Vale do Tejo

Direcção Geral dos Serviços Prisionais

DGAIED - Direcção-Geral de Armamento e Infra-Estruturas de Defesa

Autoridade Florestal Nacional

Área Regional de Turismo de Lisboa

Organizações Não Governamentais de Ambiente (Olho Vivo, Quercus, LPN e Geota)

Instituto da Mobilidade e Transportes Terrestres, I.P.

Turismo de Portugal, I.P.

Estradas de Portugal, I.P.

REN, S.A.

EDP Distribuição, SA

Operadores de Transportes

Administração do Porto de Lisboa

NAER S.A.

RAVE

ANEXO II – Objectivos e metas relevantes do QRE

FCD #1 Valorização de sistemas naturais			
Orientações de ambiente e sustentabilidade		Documentos Estratégicos	Metas relevantes
Promover a conservação, recuperação e valorização da biodiversidade, dos recursos e do património natural, paisagístico, cultural e geológico, designadamente ao nível das áreas pertencentes à Rede Fundamental de Conservação da Natureza e com especial atenção para os valores naturais de interesse comunitário ou que se encontram ameaçados, assegurando a manutenção dos processos ecológicos essenciais ao funcionamento dos sistemas ecológicos e à sua conectividade		ENDS, ENCNB, PNPOT, ENGIZC, PORNET, PSRN2000	
Promover a investigação científica e o conhecimento sobre o património natural, bem como a monitorização de espécies, habitats e ecossistemas, assegurando a informação, sensibilização e participação da sociedade civil na conservação da Natureza e da biodiversidade		ENCNB, PSRN2000	
Assegurar uma gestão integrada da zona costeira e promover o desenvolvimento sustentável de actividades geradoras de riqueza e que contribuam para a valorização de recursos específicos destas zonas, compatibilizando os vários usos da faixa costeira e acautelando em particular as zonas costeiras mais dependentes da pesca, reforçando-se a aposta na diversificação e inovação da produção		ENGIZC, PROMAR, PROT-AML	
Valorizar, proteger e gerir de forma equilibrada e integrada os recursos hídricos e ecossistemas associados, promovendo a requalificação e continuidade das linhas de água com recuperação das galerias ripícolas, e assegurando o fornecimento em quantidade suficiente de água superficial e subterrânea de boa qualidade e a harmonização destes objectivos com o desenvolvimento regional e sectorial		PNA, DQA, ENDS, PROF-AML, PBHT	
Preservar os espaços de potencial agrícola, recuperando, conservando e protegendo os solos com maior produtividade agrícola, designadamente da erosão, contaminação e ocupação urbana, e incentivar a agricultura competitiva em termos sustentáveis		ENDS, PNPOT	Alcançar 10% da SAU em 2013 (ENDS) Aumento em 30% da SAU até 2015 de Sistemas agro-florestais com elevado interesse ambiental (ENDS)
Preservar a floresta e promover a sua gestão sustentável e protecção adequada, na perspectiva do uso múltiplo, apostando-se no incremento progressivo de espécies autóctones, em detrimento de espécies com maior vulnerabilidade a incêndios florestais e com fraco contributo para a biodiversidade		ENDS, PNPOT	
Reconhecer e divulgar a importância da riqueza ambiental e paisagística da AML e dos espaços que a rodeiam para a qualidade de vida dos seus habitantes e para a sua diferenciação competitiva, com especial destaque para os valores naturais e socioculturais presentes na Reserva Natural do Estuário do Tejo e nas áreas Rede Natura 2000, sensibilizando o público para a necessidade da sua protecção, especialmente entre os agentes económicos e sociais e as populações residentes na região, bem como da sua participação na gestão dos valores naturais		PROT-AML, PORNET, Plano de Gestão da ZPE do Estuário do Tejo	

AAE do PDM Alcochete

em presença e no desenvolvimento sustentável da região		
Evitar alterações que possam comprometer irreversivelmente as potencialidades biológicas da Reserva Natural do Estuário do Tejo, tendo em vista a defesa e valorização de aspectos económicos, sociais e culturais ligados à ecologia do estuário	PORNET	
Promover e divulgar o turismo de natureza e a visitação na Reserva Natural do Estuário do Tejo, sensibilizando para a conservação do património natural e cultural em presença, através de actividades lúdicas, de recreio e lazer, e que proporcionem o envolvimento da população local e a melhoria da sua qualidade de vida	PORNET	
Desenvolver as elevadas potencialidades agrícolas e florestais existentes na AML para reforçar a sua competitividade e diferenciação internacional, mediante a promoção de sistemas de produção agrícola e florestal que reúnam condições agro-ecológicas, sócio-estruturais e de gestão que lhes assegurem um desenvolvimento sustentável	PROT-AML	
FCD #2 Atração e fixação humana		
Orientações de ambiente e sustentabilidade	Documentos Estratégicos	Metas relevantes
Apoiar a natalidade e a infância e promover a inclusão social e a redução das desigualdades, melhorando as condições de vida em territórios e habitats mais vulneráveis, promovendo o envelhecimento activo com qualidade e favorecendo a inclusão social de grupos específicos, nomeadamente pessoas com deficiências, imigrantes, minorias étnicas e pessoas sem-abrigo	Estratégia Nacional para a Protecção Social e Inclusão Social, PNR	
Aumentar o nível de saúde nas diferentes fases do ciclo de vida e reduzindo o peso da doença, intervindo ao nível de medidas urbanísticas e dos factores ambientais a que a população está exposta para incrementar a saúde do indivíduo e das comunidades e promovendo a comunicação do risco, nomeadamente através de uma rede de informação que reforce o conhecimento das inter-relações Ambiente e Saúde	PNS, PNAAS	
Garantir a articulação entre a política de habitação e as outras políticas, nomeadamente as políticas sociais e as políticas de cidade, apoiando o acesso ao mercado habitacional da população com dificuldades de acesso a este e regular as dinâmicas habitacionais para melhor harmonia da relação entre oferta e procura, e incentivando a dinamização e diversificação do mercado fundiário	PEH, PNPO	
Promover a coesão territorial interna e um desenvolvimento urbano mais compacto e policéntrico, contrariando a construção dispersa e a tendência para a urbanização contínua ao longo da faixa litoral, e incentivar a estruturação de sistemas urbanos sub-regionais de forma a constituir pólos regionais de competitividade e desenvolver núcleos multifuncionais de emprego/residência servidos por eixos de transporte colectivos, com reforço dos espaços intersticiais de lazer e natureza	PNPOT, PROT-AML, PEDEPES	

AAE do PDM Alcochete

Desenvolver programas e incentivar acções que melhorem as condições de habitabilidade e a qualidade urbanística dos centros urbanos, nomeadamente ao nível da qualificação e reinserção urbana de bairros críticos, bem como assegurar uma rede supra-municipal articulada de equipamentos desportivos e de lazer activo que aprofunde a equidade de acesso e qualifique a evolução do sistema urbano	PNPOT, ENDS, PEDEPES	
Promover uma maior articulação entre o desenvolvimento de novas urbanizações e o desenvolvimento de redes de infra-estruturas de suporte à acessibilidade e à mobilidade, designadamente ao nível do sistema de transportes, assegurando a promoção de soluções de transporte público de uso colectivo ou individual menos poluentes	PNPOT, PROT-AML	
Valorizar a diversidade dos territórios e assegurar a articulação dos centros urbanos com as áreas rurais enquanto critério orientador do desenho das infra-estruturas e de equipamentos colectivos e promover a qualidade de vida nas zonas rurais, evitando e controlando a proliferação de construções dispersas no meio rural e impedindo o consequente fraccionamento de propriedades	PNPOT, PENDR, PORNET	
Promover maior controlo sobre a intensidade, localização e qualidade da edificação na proximidade das áreas costeiras e na beira rio da AML que sejam mais vulneráveis, assim como o aumento de espaços verdes (florestais) e ajardinados dedicados ao recreio e lazer	PROT-AML, PROF-AML	
Promover a integração territorial das áreas de operação portuária com os espaços urbanos e os espaços naturais, tendo em vista a melhor convivência porto-cidade e a valorização ambiental, paisagística e cultural do Estuário do Tejo e das frentes ribeirinhas;	PEDPL	
Reforçar a qualidade e a eficiência da gestão territorial, promovendo a participação informada, activa e responsável dos cidadãos e das instituições.	PNPOT	
Antecipar, prevenir e gerir situações de risco e de impactos de natureza ambiental, social e económica, designadamente sismos, cheias, secas e acidentes de poluição, limitando as emissões de poluentes para o ambiente e assegurando o cumprimento dos valores limite estipulados para os poluentes regulamentados, bem como melhorando a capacidade de monitorização e prevenção dos riscos e da gestão dos seus efeitos	ENDS, ENGIZC	
Regular as instalações e actividades susceptíveis de gerar impactos negativos, ordenando a sua implantação e funcionamento e condicionando-as ao cumprimento de medidas de minimização dos impactos	PORNET	
Promover intervenções programadas de melhoria da qualidade do ar com especial incidência para os centros urbanos, nomeadamente nas zonas de Lisboa e Vale do Tejo, assegurando um desenvolvimento urbano mais compacto e fomentando a utilização dos transportes colectivos (TC) em detrimento do transporte individual (TI), bem como de “modos suaves” de mobilidade	PNPOT, ENDS, PMQARLVT, PROT-AML, PNAC	Garantir até 2010 a melhoria substancial da qualidade do ar nas grandes cidades, salvaguardando a saúde pública (ENDS)

AAE do PDM Alcochete

como as deslocações a pé e em bicicleta		ENDS, PERSU II	Redução de 225 000 t de Resíduos Sólidos Urbanos (RSU. vs crescimento previsto em 1995); - 12,1% em peso na produção de Resíduos Industriais, (RI vs 2001); - 20,7% em peso na produção de Resíduos Industriais Perigosos (RIP vs 2001) (ENDS) Reciclagem: Para os Resíduos Urbanos Biodegradáveis (RUB): limites de deposição em aterro: 75%, 50% e 35%, a alcançar faseadamente em 2006, 2009 e 2016, respectivamente (ENDS) Valorização orgânica e material (em milhares de toneladas): 974 (21%), 1274 (26%) e 1646 (36%) respectivamente em 2009, 2011 e 2016 (PERSU II) Reciclagem (em milhares de toneladas): 660 (14%), 282 (17%) e 823 (18%) nos mesmos horizontes temporais respectivos (PERSU II) Variação de 64% em 2005 para 8% em 2016 dos RSU destinados directamente a aterro (PERSU II)
Promover a gestão integrada dos resíduos sólidos, designadamente dos resíduos urbanos, industriais e hospitalares, visando a sua redução, reutilização e reciclagem na fonte e posterior valorização, bem como a sua eliminação de forma segura e eficaz, em particular, dos resíduos industriais perigosos, reduzindo a sua quantidade na deposição em aterro e maximizando a vida útil dos resíduos sólidos	Prevenir os incêndios através de um correcto ordenamento do território e promover a sensibilização da população em geral para a necessidade de prevenção de incêndios e identificar todas as situações de risco de ignição, estabelecendo medidas preventivas adequadas	PENDR, ENF, PROF-AML	
Melhorar a governança, qualidade e segurança do sector dos transportes, compatibilizando a mobilidade urbana com uma elevada qualidade de vida e fomentar a transferência modal e uma adequada intermodalidade que tire partido de melhores desempenhos ambientais dos transportes, em particular do transporte ferroviário, para o qual deve ser consolidado um plano para a rede convencional, eliminando os estrangulamentos à circulação de comboios de passageiros e de mercadorias e articulando as soluções ferroviárias de alta velocidade		PET, Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário, PNPOT, PMQARLVT, PROT-AML, PNAC	Metas para 2015 (Orientações Estratégicas para o Sector Ferroviário): •Densidade de rede [m/1000hab.]: 418 (+54%). •População residente em Portugal que pode efectuar deslocações por modo ferroviário entre os principais centros urbanos nacionais, com um tempo global de viagem menor ou igual a 2 horas: 60%; menor ou igual a 3 horas: 90%
Promover o uso eficiente da água e assegurar a capacidade de reserva dos sistemas públicos de abastecimento de água, com base numa protecção a longo prazo dos recursos hídricos disponíveis, em particular dos aquíferos subterrâneos, e na melhoria do ambiente aquático, pela diminuição de descargas e emissões de poluentes, bem como no investimento na renovação dos sistemas de abastecimento e tratamento de água, aumentando a eficiência no seu uso e a		DOA, ENDS, PROT-AML, PNA, PNUEA, PEAASAR, PBHT	Atingir em 2011 uma eficiência de utilização da água de 80% em termos de consumo urbano, de 66% no consumo agrícola e de 84% no consumo industrial (ENDS) Alcançar o bom estado das massas de água até 2015, salvo quando as medidas para melhorar e recuperar as massas de

AAE do PDM Alcochete

reutilização do recurso, garantindo a universalidade, continuidade e qualidade do serviço graças a uma lógica de serviço com elevada qualidade e fiabilidade.		água não forem viáveis por razões naturais ou tiverem um custo desproporcionado (ENDS) Até 2015 (PNUEA): Consumo urbano: atingir uma eficiência de utilização da água de 80% (PNUEA) Consumo agrícola: atingir uma eficiência média nacional de utilização da água de 66%, com variações numa gama entre 63% e 72% quando interpretada à escala regional ou local; (PNUEA) Consumo industrial: atingir uma eficiência de utilização da água de 84%. (PNUEA)
FCD #3 Identidade cultural e dinâmica económica		
Orientações de ambiente e sustentabilidade		
Construir um futuro sustentável para a União Europeia, assente num crescimento: inteligente, desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação; sustentável, promovendo uma economia mais eficiente em termos de utilização dos recursos, mais ecológica e mais competitiva; e inclusivo, fomentando uma economia com níveis elevados de emprego que assegure a coesão social e territorial.	Documentos Estratégicos Estratégia Europa 2020	Metas relevantes
Apostar na educação e na formação tendo em vista a melhoria das qualificações dos portugueses, reforçar a capacidade de inovação e o potencial científico e tecnológico do País, contribuir e apoiar a competitividade das PME; promover uma maior internacionalização da economia e das empresas, modernizar as infra-estruturas cruciais para o reforço das ligações de Portugal aos principais mercados internacionais e potenciar a utilização dos fundos comunitários disponíveis	PNR, PEC	
Reforçar a competitividade territorial de Portugal e a sua integração nos espaços ibérico, europeu, atlântico e global, promovendo programas estratégicos que potenciem a competitividade dos principais espaços de internacionalização da economia nacional	PNPOT	
Explorar economias de rede e promover a interacção entre os diferentes agentes da inovação, expandindo as redes e infra-estruturas avançadas de informação e comunicação, e reforçar o investimento privado em Ciência, Tecnologia e Inovação, aumentando o número de Pólos Tecnológicos Nacionais e promovendo projectos e parcerias entre empresas nacionais e centros de inovação, bem como difundindo a inovação de empresas de sectores maduros enraizados localmente	PNPOT, Plano Tecnológico, PNR	Mobilizar Portugal para a Sociedade da Informação (Plano Tecnológico): Aumentar para 15% a população em idade activa com diploma do ensino superior; Duplicar os utilizadores regulares da Internet, que deverão ultrapassar 60% da população portuguesa, até 2010; Triplidar o número de agregados familiares com acesso à

AAE do PDM Alcochete

Internet em banda larga até 2010;	
Promover a cooperação entre cidades próximas para, explorando complementaridades e sinergias, esbaterem assimetrias de carácter regional e desenvolverem equipamentos, infra-estruturas e serviços de nível superior, nomeadamente ao nível dos espaços para implantação de actividades económicas, gerando economias de aglomeração, e qualificando o seu posicionamento nacional e internacional	PNPOT, Plano Tecnológico
Reordenar e racionalizar a capacidade logística instalada e do sistema de transporte e distribuição de mercadorias, com desenvolvimento de plataformas integradas, incluindo serviços de valor acrescentado, concentrando actividades que se encontram dispersas e mal localizadas, apostando nos meios de transporte ferroviário e marítimo, promovendo ganhos ambientais e reduzindo as emissões poluentes	Plano Tecnológico, Plano Portugal Logístico
Consolidar e desenvolver o hinterland portuário, em articulação com o reforço da polarização territorial da Área Metropolitana de Lisboa e com o alargamento da sua área de influência, nomeadamente tendo em atenção o desenvolvimento das redes logísticas e das áreas de localização empresarial	PEDPL
Renovar as actividades no Arco Ribeirinho Sul da AML em torno de indústrias e serviços intensivos em conhecimento – electrónica, software, novos materiais funcionais e estruturais - e de actividades metropolitanas de ensino, saúde e lazer/cultura	PROT-AML
Apostar no turismo cultural, de lazer e desportivo através da dinamização de redes de equipamentos culturais que promovam a salvaguarda e valorização de identidades e do património histórico, cultural (material e imaterial) e tradicional das regiões e locais, garantindo uma arquitectura integrada na paisagem	PNPOT, PORNET
Fomentar o turismo e melhorar a qualidade da oferta turística, implementando na AML medidas no sentido da adequação paisagística das envolventes e da recuperação e robustecimento da componente turística, em especial na dimensão hoteleira e serviços correlativos	ENDS, PENT, PROT-AML
Revitalizar económica e socialmente as zonas rurais, promovendo a diversificação da economia e do emprego em meio rural e valorizando a ruralidade em contexto metropolitano, assegurando em particular que o investimento em turismo residencial se realize em condições que garantam a sustentabilidade e a preservação dos valores ambientais e paisagísticos que estão na base da atractividade da AML	ENDS, PNPOT, PEDEPES, PENDR, PROT-AML

AAE do PDM Alcochete

Promover a recuperação dos espaços florestais degradados com vista à sua valorização em termos económicos e ecológicos, melhorando a competitividade do sector florestal aumentando o valor económico directo e indirecto da floresta e fomentando a procura de novos mercados para os produtos florestais	ENF, PROF-AML	
Promover a competitividade do sector pesqueiro num quadro de adequação aos recursos disponíveis e reforçar, inovar e diversificar a produção aquícola e a indústria transformadora, assegurando o desenvolvimento sustentado das zonas costeiras dependentes da pesca	PROMAR, PROT-AML	
FCD #4 Energia e Alterações Climáticas		
Orientações de ambiente e sustentabilidade		
Reduzir a vulnerabilidade às AC e aumentar a capacidade e a eficiência de resposta a impactos que decorram das alterações climáticas, em particular de fenómenos meteorológicos extremos, e suscitar um elevado grau de envolvimento e participação do público e especialmente das autoridades regionais e autarquias na definição e aplicação de estratégias de adaptação às AC, dando a conhecer aos cidadãos, empresas e demais agentes sociais os principais impactos esperados, assim como disseminar boas práticas sectoriais de adaptação	ENAAAC	
Prosseguir uma política energética que reduza a dependência externa do país, promova a eficiência no consumo e contribua para a sustentabilidade ambiental ao reduzir as emissões de gases com efeito de estufa, potenciando a produção e exportação de soluções com elevado valor acrescentado e promovendo de forma integrada a eficiência energética, para a qual contribui a utilização de tecnologias mais eficientes na produção, transmissão e consumo de energia, a gestão mais eficaz da procura através do combate ao desperdício e a promoção de comportamentos mais sustentáveis e responsáveis, de acordo com uma perspectiva multi-sectorial de melhoria contínua e de redução da intensidade energética da economia.	PEC, ENE 2020, PNAEE, ENDS, PNR	Em 2020 (ENE 2020): • Reduzir a dependência energética do País face ao exterior para 74 % • Reduzir em 25 % o saldo importador energético com a energia produzida a partir de fontes endógenas • Criar 21 000 postos de trabalho anuais associados ao cluster industrial de promoção da eficiência energética Limitar a 27%, em 2008-2012, o aumento das emissões de gases com efeito de estufa, relativamente aos valores de 1990 (ENDS) Até 2010, redução do consumo final de energia em 1%/ano relativamente à média dos últimos cinco anos (2001-2005) (ENDS)
Desenvolver políticas e medidas que apostem numa descarbonização da economia portuguesa e incentivem a que Portugal seja reconhecido como um país líder nas energias renováveis no contexto internacional, nomeadamente pelo apoio à investigação e desenvolvimento de	ENDS, ENE 2020, PNAC, PNR	Em 2020 (ENE 2020): • 60% da electricidade produzida e 31 % do consumo de energia final com origem em fontes renováveis e uma

AAE do PDM Alcochete

tecnologias, a execução de projectos de demonstração e a consolidação de clusters industriais		redução do 20 % do consumo de energia final • Criar mais 100 000 postos de trabalho no sector das energias renováveis Até 2010 (PNAC): Produção eólica: 4500 MW (5100 MW até 2012) a nível nacional; Electricidade gerada a partir de sistemas de cogeração: meta de 2.000 MW de capacidade instalada; Aumento da eficiência térmica dos novos edifícios em 40%; Redução de 1020 GWh no consumo de electricidade; Produção de E-FER representando 39% do consumo bruto de electricidade (electricidade de fontes renováveis)
Aumento da eficiência energética no transporte por via da renovação de equipamentos e da introdução de medidas de melhoria da eficiência nos transportes rodoviários, bem como estimular a utilização de meios de transporte energeticamente mais eficientes, como os transportes colectivos em detrimento do transporte individual	PNAEE	
Melhorar o desempenho energético dos edifícios e a eficiência energética de equipamentos urbanos e domésticos, promovendo mecanismos que visem incentivar a procura de equipamentos ou materiais energeticamente mais eficientes	PNAEE	
Incentivar a mudança dos comportamentos individuais por via da divulgação de informação de carácter geral sobre eficiência energética, bem como através da maior facilidade de acesso a tecnologias de produção de energia renovável, como microgeração e de aquecimento solar	PNAEE	
Desenvolver e promover medidas e tecnologias que permitam a redução ou eliminação das emissões de GEE, incluindo a sua captura e fixação	PNAC, PNPOT	
Promover o aproveitamento energético da biomassa florestal e agrícola	PNAC, PNPOT, PENDR, ENF	
Valorizar energeticamente os resíduos não-recicláveis contribuindo para a redução das emissões de gases com efeito de estufa e fornecendo matérias-primas não-poluíntes a outras indústrias	PERSU II	
Definir boas práticas de gestão de efluentes por forma a evitar a emissão de gases com efeito de estufa e escolher soluções técnicas de tratamento e valorização energética de resíduos para otimizar o balanço entre a energia consumida e a energia recuperada.	ENEPAI	